

CÂNONE, FEMINISMO, LITERATURA: RELAÇÕES E IMPLICAÇÕES

Sandra Maria JOB (UFPA)

RESUMO

Na sociedade brasileira há, atualmente, inúmeras escritoras produzindo e publicando literatura. Porém, as literaturas de ficção expostas nas livrarias brasileiras não trazem nas suas capas e nos seus discursos as marcas do percurso trilhado pelas suas autoras até chegarem ali. Para uma melhor compreensão dos mecanismos sociais e intelectuais que interferem na disseminação da literatura de autoria feminina, em especial da brasileira, neste artigo o objetivo é discorrer sobre a questão do cânone e sua relação com o feminismo e, além disso, trazer à tona questões que envolvem a produção artística de algumas escritoras afro-brasileiras. O intuito é refletir sobre a relevância das propostas feministas para as conquistas das mulheres (negras e brancas) na literatura e ressaltar particularidades sobre obras e/ou escritoras afro-brasileiras como forma de dar visibilidade a algumas delas e ratificar o resgate de outras.

PALAVRAS-CHAVE: Cânone. Feminismo. Literatura.

ABSTRACT

Nowadays, in Brazilian society, there are countless female writers that write and publish literature. However, the fiction literatures that are exposed in Brazilian bookstores do not bring in their covering neither in their discourse the marks of the way done by the female writers until they finish their work. For a better comprehension of the social and intellectual mechanisms which interfere in the propagation of the literature by female writers, in special the Brazilian one, the purpose of this article is discoursing about the canon matter and its relation to the feminism and, besides, bringing questions that involve the artistic production of some afro-Brazilian female writers. The intention is speculating on the relevance of the feminist proposals for the women achievements (the black and the white ones) in the literature and pointing out particularities about works and/or afro-Brazilian female writers as a way to give visibility to some of them and ratifying others' rescue.

KEY-WORDS: Canon. Feminism. Literature

INTRODUÇÃO

“[...] A perplexidade é a única moral literária.”¹

Na sociedade brasileira há, atualmente, inúmeras escritoras produzindo e publicando literatura. Porém, as literaturas de ficção expostas nas livrarias brasileiras não trazem nas suas capas e nos seus discursos as marcas do percurso trilhado pelas suas autoras até chegarem ali. Para uma melhor compreensão dos mecanismos sociais e intelectuais que interferem na disseminação da literatura de autoria feminina, em especial da brasileira, neste artigo o objetivo é discorrer sobre a questão do cânone e sua relação com o feminismo e, além disso, trazer à tona questões que envolvem a produção artística de algumas escritoras afro-brasileiras. O intuito é refletir sobre a relevância das propostas feministas para as conquistas das mulheres (negras e brancas) na literatura e ressaltar particularidades sobre obras e/ou escritoras afro-brasileiras como forma de dar visibilidade a algumas delas e ratificar o resgate de outras.

¹(COMPAGNON, 2010, p. 256).

Para atingir a proposta, o artigo obedecerá a seguinte estrutura, a saber. Em um primeiro momento abordaremos a questão do cânone, visto que ele tem sido o “medidor” das literaturas consideradas “altas” literaturas. Em seguida é a vez de discutir sobre o feminismo, enfatizando a relevância do mesmo no panorama acadêmico para, entre outras coisas, questionar a hegemonia do cânone. Posteriormente, trazemos alguns nomes de escritoras afro-brasileira como forma de, primeiro, ratificar autora e obra e, segundo, ponderar sobre alguns aspectos pertinentes às suas publicações no Brasil.

1 DO CANONE

A concepção semântica da palavra cânone já possibilita vislumbrar, sem dúvida, a exata dimensão do quão excludente o termo pode se tornar, pois na palavra cânone, cuja origem é do grego antigo – *Kanon* –, há uma semântica rígida, que diz respeito a “uma vara de junco ou de bambu usado como instrumento de medida”². Com a acepção de valoração, o termo foi primeiramente usado para se referir ao “princípio de seleção aplicado aos livros da Bíblia pelos primeiros teólogos cristãos”³. A partir desse princípio, as obras eram ‘medidas’ sob o ângulo do seu conteúdo e só eram merecedoras de serem lidas e preservadas aquelas nas quais o conteúdo expressasse as verdades a serem ensinadas e transmitidas. Verdades e ensinamentos ditados por homens de uma determinada cultura e que se pautavam em uma verdade particular, subjetiva. Em outras palavras, partindo de um sentido de verdade criado por um pequeno grupo, ditador de normas, de valores ‘universais’, esse grupo excluía quaisquer outras formas de ‘verdade’, de pensar e ou agir que não fossem iguais as suas. Isso, portanto, incorria numa seleção feita a partir de um ponto de vista unilateral, mas considerado (pelas partes interessadas) como soberano, excluindo assim as obras que fugiam às verdades e não traziam os ensinamentos esperados por aquele pequeno grupo. Já no final do século XVIII, a ‘medida’ para valoração de uma obra passa a ser a do valor estético. A partir da presença desse caráter estético, ainda pautado numa visão subjetiva, as obras poderiam vir a ser objeto do universo canônico; caso contrário, a obra estava condenada à exclusão, ao esquecimento, devido a um julgamento subjetivo e direcionado. Existem outras questões subjetivas a permear tal julgamento. Mas, independente disso, buscar por um valor estético na obra literária apresenta o mesmo problema que a proposta anterior em relação a verdades e ensinamentos que os textos deveriam trazer: a questão da subjetividade ao usar *este* ou *aquele* conceito de medida para julgar uma obra. Lá ou aqui, a concepção utilizada para tornar uma obra canônica parte de um julgamento subjetivo articulado pela hegemonia de um grupo, levando a um

² SCHMIDT, Rita Terezinha. Para que crítica feminista? (Anotações para uma resposta possível). In: XAVIER, Elódia (Org.). Anais do VII Seminário Nacional- **Mulher e literatura**. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora, 1995.

³ (SCHMIDT, 2002, p. 143)

processo seletivo sempre excludente, pois na intimidade ratifica as identidades (a do grupo que julga o que é ‘verdade’ e/ou certo ou que concebeu um determinado conceito/padrão para a obra se tornar canônica), excluindo aquilo que lhe é diferente, pois

todo julgamento de valor ocorre dentro de certas condições sócio-históricas e em função de referências teórico-estéticas variáveis no contexto daquelas condições. [...], nesse contexto, a formação do chamado cânone ocidental é uma decorrência do poder de discursos críticos e instituições que, numa determinada época e em nome de uma identidade cultural, sustenta o monopólio cultural dos valores simbólicos, através de mecanismos de exclusão.⁴

Estando a formação do cânone, portanto, na estreita dependência de grupos que detêm o poder dos discursos críticos e das instituições não é de causar admiração a ausência, nos séculos passados, de mulheres, negros e negras, enfim, dos *ex-cêntricos* das listas canônicas. Afinal, que identidade cultural monopolizou e monopoliza o poderio social; quem proferia e ainda profere os discursos críticos e, por fim, quem é/são o/a(s) representante(s) das instituições cujo(s) discurso(s) perpetua(m) o cânone, excluindo o(s) que não é/são seu(s) espelho(s)? Homens, homens brancos, classe média ou alta, ainda e mesmo que seja notável a presença feminina (predominantemente branca) nos discursos críticos e nas instituições, pois poucas delas não reproduzem o discurso eurocêntrico e androcêntrico. Por isso, a presença feminina nas instituições nem sempre é sinônimo de abertura para o ‘novo’, o diferente, a minoria, os excluídos, mesmo e quando esse novo, diferente, minoria, excluído têm seus méritos intelectuais/profissionais (re)conhecidos, pois mesmo com e apesar (d)isso perpetua-se uma linha, ainda que invisível, dividindo, mas raras vezes somando, os dois lados dos discursos sociais: o dominante *x* o dominado.

Por tudo isso, entre outros aspectos, a questão do cânone torna-se complexa, visto que em meio a esse processo encontra-se, segundo Muzart, até mesmo o fator acomodação, isto é, a tendência a reproduzir o estudo de autores(as) já consagrados(as), canonizadas(os)⁵; em outras palavras, literaturas de homens brancos e de algumas mulheres brancas. Seja por que o novo ou diferente cause estranheza; seja por que falta atitude nessas pessoas influenciada pelo fator acomodação, toda essa concentração de poder para determinar quem é merecedor de pertencer ao cânone é gerada por uma apropriação interiorizada de hegemonia de raça e/ou cultura, e/ou gênero. Harold Bloom, por exemplo, defende calorosamente o cânone ocidental, apresentando argumentos para esta defesa que não deixam de ser subjetivos, pois, entre outros aspectos, para ele “sem o cânone deixamos de pensar. Pode-se idealizar interminavelmente a substituição de padrões estéticos por considerações etnocêntricas e de gênero sexual, e as metas sociais podem ser de fato admiráveis. Mas só a força pode juntar-se à força [...]”⁶. Ainda segundo o autor, “não podemos

⁴ (SCHMIDT, 1995, p. 143).

⁵ (MUZART, 1995, p 85).

⁶ (BLOOM, 1995, 47).

livrar-nos de Shakespeare, nem do Cânone do qual ele é o centro”⁷. Indiscutíveis quaisquer aspectos em relação à genialidade deste poeta, contudo, a disseminação de pensamentos tão fechados como o de Bloom contribui para deixar uma lista considerável de escritoras (principalmente) e escritores, independente da raça, excluídos do cânone ocidental porque ele só enxerga como ‘bom’ o que ele já julgou e determinou como ‘bom’. Por isso, diminui o valor de um trabalho maior, o do resgate literário, ao colocar que “o Cânone Ocidental, seja lá o que seja, não é um programa de salvação social”⁸. Infelizmente, ele não é o único, nem será o último, a pensar e agir assim e tecer comentários desse porte. Principalmente por isso, há sim a necessidade de (re)avaliar obras e autores(as) outros, não como uma forma de assistencialismo social, mas de possibilitar a inserção na historiografia literária daqueles que escreveram da margem, abrindo-lhes espaço, outrora fechado, para se tornarem visíveis ao mundo literário. Quanto a se immortalizar o mesmo, aí já é outra questão. Questão essa que não pode ser antecipadamente determinada por (pré-)conceitos de gênero, raça, classe... nem por posicionamentos centralizadores de espaço, poder e julgamentos de valores subjetivos.

O cânone, portanto, tem sido determinado por um poder centralizador e também por um processo de omissão por parte dos representantes da academia. Contudo, desde a inserção do feminismo na academia, o poder do mesmo não apenas tem sido colocado em xeque como já está sendo visto com olhos – agora mais críticos e nem um pouco passivo.

2 DO FEMINISMO

Como o cânone sempre fora comandado pelas mãos centralizadoras do poder, os aspectos de cunho social, político, intelectual norteadores do cânone literário só começariam a ser desconstruídos quando algumas posturas (re)visionistas, “ensaia(m) seus primeiros passos na academia pelas mãos do feminismo, bem como a partir das demandas oriundas do movimento negro e da Fundação no Brasil de grupos como o Quilombhoje”⁹, no decorrer dos anos de 1980. O surgimento do feminismo no contexto acadêmico¹⁰, por intermédio de grupos de pesquisa formados basicamente por professoras universitárias da área de estudos literários¹¹, vem para questionar, pôr em xeque a hegemonia das práticas canônicas. E

⁷ (BLOOM, 1995, p. 46).

⁸ (BLOOM, 1995, p. 36).

⁹ (DUARTE, 2005, 115.parêntese meu).

¹⁰ Aparentemente, a inserção das discussões sobre gênero na academia, na inclusão de tal tema como disciplina, ainda que optativa, ainda encontra resistência por parte de algumas coordenações e ou professores mais ‘conservadores’ que não veem necessidade de discutir gênero, assim como de discutir raça, racismo, pois acreditam (pelo menos dizem acreditar) na cordialidade do povo brasileiro para com o outro.

¹¹ SCHMIDT, R.T. **A crítica feminista na mira da crítica.** Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/7462/6843>>.

foi o questionamento da hegemonia desse sujeito nos processos de instituição e institucionalização dos significados social, político, cultural, estético e teórico reguladores do campo literário que inaugurou a interlocução crítica com as histórias literárias, com as configurações dos cânones nacionais, com as convenções discursivas, com os códigos estéticos e retóricos, com os próprios conceitos de literatura, de identidade e de valor, gerados e mantidos pela crítica literária e pelo discurso historiográfico, compactuados com o sistema patriarcal da cultura ocidental e, por extensão, das culturas nacionais, vistas sob o prisma de valor inquestionável e universalizante.¹²

Ao lançar questionamentos à hegemonia reguladora do campo literário, a crítica feminista do final da década de 70 e dos anos 80 inicia o trabalho de questionar o porquê da exclusão das mulheres da literatura, assim como o rebaixamento da produção literária feminina¹³. Paralelamente, desconstruiu e vem desconstruindo, nas grandes obras canonizadas, a representação da mulher nestes textos, revelando-nos o quanto a literatura produzida pelo alto escalão canônico masculino trazia uma imagem feminina estereotipada, calcada no binarismo, no qual a parte feminina é caracterizada como anjo ou demônio, em se tratando da mulher branca. Quando e se aparece uma personagem negra esta é caracterizada como um *objeto* do lar¹⁴; se a personagem é mulata ela vem envolta em sensualidade ou promiscuidade¹⁵. Em outras palavras, ela tem o *status* de um utensílio doméstico: de *uso* para o lar e do lar ou para servir às necessidades do(a) dono(a) do lar, muitas vezes sendo considerada pela família da casa como uma “negra de estimação” – parafraseando Monteiro Lobato¹⁶ –, ou como ‘se fosse da família’, mas sem direito a qualquer uma das regalias vividas pelos mesmos, exceto o de partilhar da mesma comida. Todo esse trabalho da crítica feminista, conseqüentemente, desmontou os argumentos e critérios canônicos que sustentavam a ausência da produção feminina no campo literário e o conceito de literatura. Daí para a (re)leitura de obras e autores ‘esquecidos’, assim como do seu resgate, o processo é lento devido a certas dificuldades pertinentes a quaisquer buscas por algo cuja divulgação sofreu sérios percalços.

O trabalho da crítica feminista na esfera acadêmica¹⁷ vai abranger outros aspectos também. No Brasil, em se tratando da crítica feminista, em específico, ela tem dado especial atenção aos

¹² (SCHMIDT, 2002, p. 108).

¹³ (CAMPOS, In: SCHMIDT, 1997, p. 129).

¹⁴ Nesse caso, faço uma ressalva, pois as personagens negras em Machado de Assis não têm esse perfil.

¹⁵ Faço uma ressalva, nesse caso, às personagens negras e mulatas nas obras de Lima Barreto, pois por detrás de quaisquer aspectos de sensualidade, promiscuidade ou da condição de doméstica das personagens femininas há implícita uma denúncia social para com o descaso político, social e humano para com a condição social dessas mulheres (e também do homem) no Brasil.

¹⁶ Faço referência aqui ao livro infantil de Monteiro Lobato, *As reinações de Narizinho*, no qual a empregada da dona Benta, tia Nastácia, é descrita pelo narrador como “negra de estimação”. Texto disponível em: <<http://catracalivre.folha.uol.com.br/wp-content/uploads/2010/08/reinacoesdenarizinho.pdf>>. Acesso em: 20 jun 2011.

¹⁷ A crítica literária feminista, assim como outras disciplinas voltadas aos estudos de gênero como, por exemplo, a geografia, história, antropologia se manifestou a partir da teoria feminista que, por sua vez, foi uma consequência dos movimentos feministas do século XX.

questionamentos dirigidos à historiografia literária e ao cânone¹⁸. Estes questionamentos não têm contemplado a mulher negra (na dimensão em que a mulher branca tem sido colocada em evidência), tanto que algumas feministas¹⁹ questionaram e/ou chamaram a atenção para o foco direcionado dessas pesquisas. Maria Consuelo Cunha Campos²⁰ e Kia Lilly Caldwell²¹ são exemplos dessas vozes questionadoras da pouca visibilidade em relação à questão de gênero e raça. Campos, no texto “Gender e literatura”²², traz uma crítica implícita à ausência de uma discussão maior em relação à produção de escritoras negras; já Caldwell denuncia a parca quantidade de estudos abarcando gênero, *raça* e *classe* no Brasil. Quanto a esses questionamentos, Schmidt²³ defende o foco das pesquisas da crítica feminista, argumentando que a historiografia literária tem resgatado uma significativa produção marginalizada. Esta produção, ela admite, é construída por uma determinada classe social e racial pertencentes à elite, visto que as escritoras eram provenientes da classe média/alta.

Muito da literatura afro-brasileira e, conseqüentemente, dos nomes de escritores(as) anteriores ao século XX, principalmente, são, de fato, frutos do trabalho de resgate de pesquisadores(as) empenhados(as) em (re)escrever o cânone e a historiografia da literatura brasileira. Contudo, este é um trabalho no qual também se vislumbra certa desigualdade, pois, por um lado, quando existiram mulheres negras escrevendo foram em número *limitadíssimo*; por outro, quando é proposto um estudo de resgate o trabalho dos(as) muitos(as) pesquisadores(as)²⁴ nesta área tem se concentrado no resgate de autores e obras de homens negros. Ou seja, ainda, por que

voltando aos estudos de gênero no Brasil [...] por que razão eles teriam tão pouco impactado a produção de escritoras negras? Sem desconhecer os trabalhos de resgate da escrita da mulher negra (Mott, dos Santos, etc), em busca da visibilidade histórica até então negada a esta produção, é inegável, por outro lado, que a produção contemporânea ainda não se sensibilizou massivamente a respeito.²⁵

¹⁸ SCHMIDT, R.T. A crítica feminista na mira da crítica. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article.viewfile/7462/6843>.

¹⁹ Para exemplificar: CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Gender e literatura. In: SCHMIDT, R. T. (org.). **Mulheres e literatura**: (trans)formando identidades. Porto Alegre: Ed. Palloti, 1997, v 1; no seu texto a autora aborda a questão de gênero e raça. Já Caldwell (Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: s/e, 2000. v 8, no 2) abarca gênero, raça e classe. Em ambos os textos, as respectivas autoras trazem implícito uma crítica a essa ausência de uma discussão maior em relação à produção de escritoras negras. Sueli Carneiro (1994, 2002, *vide* bibliografia), assim como outras feministas também irão chamar a atenção para a necessidade de um estudo de gênero em consonância com raça e classe.

²⁰(CAMPOS, 1997).

²¹(CALDWEL, 2000).

²²(In: SCHMIDT, 1997).

²³(SCHMIDT, 1997).

²⁴ Para citar alguns: Gregory Rabassa (1965), David Brookshaw (1983), Zilá Bernd (1988); Oswald de Camargo (1987). Nos autores citados, nas obras nas quais enfocam literatura, ao se reportarem ao autor e obra, suas escolhas são por autores negros.

²⁵(CAMPOS, in: SCHMIDT, 1997, p. 133).

São vários os motivos para essa desigualdade como, por exemplo, a ausência de mulheres negras na academia. Por isso, os poucos trabalhos de resgate das escritoras negras para retirá-las dos becos nos quais foram jogadas e/ou de análise de suas obras para retificar as injustiças impostas pelo cânone quanto ao conteúdo das mesmas são de suma importância para uma melhor compreensão da história e trajetória social delas, visto que, comprovadamente, a literatura de autoria feminina tem possibilitado uma outra importante (re)leitura das sociedades, inclusive a brasileira. E a literatura das afro-brasileiras, em específico, possibilita, além da releitura da sociedade, uma leitura e melhor compreensão das condições subjacentes norteadoras da realidade social das mulheres negras. Para isso, portanto, indiscutível a importância das pesquisas de resgate e da existência de mulheres que ousaram escrever literatura em tempos tão inóspitos para mulheres escritoras.

3 DA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA DE AUTORIA FEMININA

Trabalhos de pesquisa divulgados, referentes a séculos anteriores ao XX, têm trazido à luz, não sem muitas dificuldades²⁶, um número ainda reduzido de autoras e obras como a escritora Maria Firmina dos Reis, cujo romance *Úrsula* (1859) é considerada por Assis Duarte (2005) como marco fundador da literatura afro-brasileira, juntamente com *Primeiras trovas burlescas* (1859) de Luiz Gama. Outros críticos, contudo, apontam apenas a obra de Luiz Gama como marco fundador da literatura afro-brasileira²⁷ e alguns nem citam o nome de Maria Firmina dos Reis. Se os dois livros citados são tidos como obras fundadoras de uma literatura produzida por um segmento considerado como inferior, estigmatizado pela cor da pele e também pela condição de escravo à qual foram submetidos por ideologias torpes e desumanas, é por trazerem na sua textualidade os ecos de uma africanidade histórica e cultural. Contudo, a manifestação racial dentro da literatura dá-se, em maior ou menor grau, mais como um projeto estético ideológico do que como uma consequência natural e/ou determinante do fato de ser negro(a). De acordo com Duarte²⁸, uma pesquisa não deve se restringir a verificar a cor da pele do escritor(a), ela deve também investigar nos textos desses(as) escritores(as) as marcas discursivas que indiquem (ou não) os possíveis aspectos de ligação com a história e cultura da sua raça. Ao que acrescentaria: tomando o devido cuidado para não fazer disso um critério de valoração²⁹ para a obra de autoria afro-brasileira, pois,

²⁶ (DUARTE, 2005, p. 118).

²⁷ Idem, p. 128.

²⁸ Idem, p. 124.

²⁹ Segundo Compagnon, “todo julgamento de valor repousa num atestado de exclusão” (2010, p. 33).

caso contrário, há o risco de incorrer numa exclusão (ainda que involuntária) de autores(as) negros(as), mas cujo discurso textual não mantenha vínculos históricos nem culturais com sua raça. Além disso, deve-se estar atento a esses vínculos, pois a arte literária permite a seu criador inúmeras maneiras de se manifestar discursivamente. Em outras palavras, os vínculos históricos ou culturais nem sempre poderão estar presentes em um discurso literário de forma explícita. Machado de Assis, por exemplo, não usou da obviedade para criticar a burguesia da época, pelo menos não naquele momento.

Ainda em relação a trabalhos de resgate, além de Maria Firmina dos Reis (século XIX), ele também revelou nomes como os de Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz³⁰ e Tereza Margarida da Silva e Orta³¹, ambas do século XVIII. As duas, contudo, ainda não estão incluídas na literatura brasileira³². A primeira não tem livros publicados e dela só existem cartas e fragmentos dos textos que escaparam das chamas da Inquisição. Em relação à Tereza M. da Silva e Orta pesam duas questões: primeiro, segundo seu biógrafo Ernesto Ennes (1944)³³, seu parentesco com negros remonta à 6ª ou 7ª geração. Portanto, ela não trazia na pele, aparentemente, nenhum resquício desse parentesco longínquo e isso, aos olhos da sociedade e pelo conceito social de quem é ou não é negro no Brasil, fazia dela uma mulher branca. Segundo, há o fato de que a mesma viveu, casou-se e publicou em Portugal, ainda de acordo com Mott³⁴.

Muito possivelmente ainda há em algum beco esquecido ou perdido daquele século outras autoras, outras obras impossibilitadas de se materializarem em livro. Também é muito possível terem existido aquelas que quando puderam materializar seus pensamentos em formato de texto, de livro, fazendo, quem sabe, da sua escrita sua arma, denunciando nos seus textos sua história, a História achou por bem mergulhar tais obras e autoras no esquecimento. Seja por este ou por aquele motivo, o fato é que algumas escritoras não têm seus nomes confirmados enquanto escritoras afro-brasileiras.

A gaúcha de Porto Alegre, Luciana Maria de Abreu (século XIX), é um exemplo dessas dificuldades. Descrita pela sua biógrafa como tendo o rosto moreno pérola³⁵, e no atestado de óbito como sendo de cor branca, fica a dúvida se era ou não negra, visto que no Brasil é comum o uso de subterfúgios linguísticos para não “ofender” o negro ao se referir à cor da pele e/ou ainda usar

³⁰ Segundo o seu biógrafo Luiz Mott (apud DUARTE, 2005, p. 129-30), ela é a primeira mulher negra letrada de que se tem conhecimento. De vida extremamente sofrida (escrava de ganho, depois prostituta, perseguida pela Inquisição), teve seus escritos confiscados e queimados pela Inquisição. Ela não é considerada brasileira, pois nasceu em África e veio para o Brasil com seis anos, também ainda não tem seus escritos publicados e divulgados. Dos livros *Sagrada teologia do amor de Deus* e *Luz brilhante das almas peregrinas*, salvaram-se das chamas da Inquisição apenas algumas folhas originais.

³¹ Obra: *Máximas de virtude e formosura ou Aventuras de Diófanes*, publicado em Lisboa em 1752.

³² (DUARTE, 2005, p. 130).

³³ MOTT, Maria Lucia de Barros, 2009. Disponível em <<http://cucamott.sites.uol.com.br/escritorasnegras.htm>>.

³⁴ Idem.

³⁵ In: MOTT, Maria Lucia de Barros. Disponível em <<http://cucamott.sites.uol.com.br/escritorasnegras.htm>>.

desses subterfúgios para não “denegrir” (e assim ‘elevar’) a imagem do mesmo diante da sociedade. No caso da escritora Luciana de Abreu, de acordo com a tradição oral propagada por antigos alunos da Escola Luciana de Abreu³⁶, costuma-se afirmar que a mesma tinha ascendência negra³⁷. Para justificar isso, Mott também ressalta as chacotas por parte das colegas das quais Luciana foi alvo, quando disse que estava escrevendo um livro e também do fato de a mesma ter tido uma boa colocação no concurso no qual concorria a uma vaga de professora e, no entanto, ter sido preterida por outra. Isso, contudo, não provaria sua ascendência, pois clientelismo e nepotismo em concursos públicos não são exclusividades dos séculos XX e XIX. Quanto a ser vítima de chacota por parte de outras mulheres, também não é algo estranho, pois mesmo em pleno século XXI, se a mulher ousar fazer algo contrário àquilo que é considerado ‘certo’, ‘normal’, próprio de mulher, ela também será alvo de chacota e de *olhares* discriminatórios ou, no mínimo, curiosos. Em outras palavras, respaldar-se em determinados gestos, atos ou falas pode induzir a uma verdade, mas ao mesmo tempo não garante nada em relação à raça, ao gênero e à classe no Brasil, pois vive-se aqui uma realidade um tanto quanto complexa. Isso, contudo, não implica *afirmar* que Luciana de Abreu não fosse negra.

Quanto ao século XX, as novas e esperançosas propostas sociais mais justas e igualitárias, veiculadas por um novo sistema de governo, a República, não se concretizaram. Na realidade, nos primeiros anos houve apenas uma troca de nomenclatura – de Monarquia para República –, porque na prática os anos iniciais desta foram um arremedo decepcionante da política anterior, pois, entre outros aspectos negativos, ainda legou aos brasileiros (entenda-se por brasileiros aqui principalmente os menos favorecidos socialmente) o coronelismo que

representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral – o clientelismo – existente tanto no campo quanto nas cidades. Essa relação resultava da desigualdade social, da impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado [...]³⁸.

Nesse contexto, a liberdade outrora proporcionada pela Lei Áurea jogou os negros dentro de uma pseudoliberalidade na qual eles vêm lutando para sobreviver todos os dias, até hoje. A República, por sua vez, complementou essa pseudoliberalidade quando, ignorando os problemas sociais dos brasileiros, deixou nas mãos dos negros, em particular, segundo Fernandes, a quase impossível missão de se (re)erguerem nos moldes e padrões instituídos pelos e para os homens brancos³⁹. Missão quase que amplamente fracassada – pois muito difícil e complexa –, haja vista a realidade social das comunidades, do alto número de negros nas cadeias e de muitas outras evidências

³⁶ Maiores informações sobre vida e obra de Luciana de Abreu ver MUZART, Z .L.(Org.) **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

³⁷ Segundo Mott, essa informação lhe foi transmitida por Jussara Ávila, do Movimento Negro de Porto Alegre.

³⁸ (FAUSTO, 2002, p. 149.)

³⁹ (FERNANDES, 1978, p. 20).

problemáticas nas quais os negros estão sempre em um número muito maior em relação aos brancos.

Devido, por um lado, a este contexto e, por outro, às condições históricas e sociais da mulher, em especial das mulheres negras, há informações da existência de poucas escritoras negras no início do século XX. Auta de Souza (século XIX), autora de *Horto*, publicado em 1901, dentre todas foi a única a ser bastante citada pelos críticos literários naquele século. Contudo, segundo Mott, embora a foto que ilustra o livro *Horto* não esconda a ascendência negra da autora, alguns biógrafos não comentam tal fato. Talvez não comentem porque não querem ‘desvalorizar’ a artista e, conseqüentemente, a obra, ou talvez por acreditarem que esse dado seja um aspecto irrelevante para a literatura em si. Por outro lado, a opção dos críticos em não fazer referência à raça pode ser motivada, (in)conscientemente, pelas relações permeadoras da questão racial aqui, isto é, o brasileiro não é racista, é um povo harmônico e tolerante para com os negros, pois ‘todos’ no Brasil são um pouco negros e, por isso, deixam passar o fato. Mas, no fundo, quando fecham os olhos para a cor da pele de alguém cujo nível social é alto acreditam que sempre haverá a possibilidade dessa particularidade cair no esquecimento. Contudo, se por um lado tentam fazer Auta de Souza passar por mulher branca, por outro ela não tem sido aceita por alguns críticos como escritora negra pelo fato de ela não se referir a assuntos ou personagens negros em seus escritos.

Aparentemente, portanto, seja no século XIX, seja no XX ou no XXI, não basta fazer literatura, há que se provar algo para ser incluído no universo literário. Em se tratando do século XIX e pensando em Machado de Assis, por exemplo, ser branco para justificar a competência. Afinal, por que o ‘embranqueceram’ nas fotos? E no século XX e XXI, ser negro, escrever de e sobre negros se quiser ser considerado como um(a) escritor(a) pertencente a um determinado segmento literário, neste caso, à literatura afro-brasileira⁴⁰. Enfim, o seleto universo da literatura ainda continua excluindo a partir de premissas temporal e subjetiva.

Além das escritoras listadas acima, há que citar também Carolina Maria de Jesus, autora de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*⁴¹. Ela é uma autora que, segundo Edmilson de Almeida Pereira⁴², teve sua carreira literária marcada por uma vida de miséria, mas, independente disso, os dados biográficos presentes em seus textos ultrapassaram o tom confessional para alcançar uma coletividade, pois neles estão presente a luta do indivíduo procurando superar a opressão social.

Ainda em se tratando da literatura do século XX, algumas escritoras não foram citadas aqui, pois a pretensão não é uma historiografia afro-brasileira. Por outro lado, muitas outras escritoras não constam aqui também porque ainda não obtiveram sua merecida visibilidade, pois estão na

⁴⁰ Sobre literatura afro-brasileira: Zilá Bernd; Eduardo de Assis Duarte; Gizêlda Melo do Nascimento; Oswaldo de Camargo (vide bibliografia).

⁴¹ (JESUS, 1960). Também escreveu *Pedaços de fome e Diário de Bitita*.

⁴² PEREIRA, In: CALLALOO, 1995, p. 1039.

estreita dependência dos formadores do cânone: crítica literária, professores, instituições.... Outras, por sua vez, têm conseguido abrir as portas dos becos que mantêm à margem a escrita das mulheres negras⁴³ (e de homens negros também), entrando assim para o mundo visível da sociedade literária, mas devido ao espaço e à proposta desta pesquisa, não figuram nestas páginas. Mesmo estas, contudo, não estão isentas do crivo da aceitação e afirmação que as põem à prova constantemente (seja quando a crítica comenta e/ou deixa de comentar seus trabalhos, seja quando questionam sua raça e/ou os temas da sua obra). Mas é preciso *não ignorar*,

“a experiência interior de um negro nenhum branco tem”, afirma o poeta negro Cuti, numa entrevista publicada na revista *Afinal* (13-01-1987), [...]: a experiência interior de uma mulher negra, por razões sociais, nenhuma mulher branca ou homem, mesmo negro, tem. Escrever ou não escrever sobre homens e mulheres negras jamais anularia esta verdade. Nem clareando fotografias ou forjando dados no atestado de óbito.⁴⁴

E pelas experiências individuais de cada ser humano, de cada raça, os séculos XX e XXI vêm acompanhando de perto, entre outras tantas narrativas, a narrativa ímpar e independente de Marilene Felinto e a narrativa marcadamente racial de Conceição Evaristo, além de outras escritoras como Geni Guimarães, Esmeralda Ribeiro, Sônia Fátima...

CONCLUSÃO

É inevitável a constatação do quão individual, homogênea, particular tem sido a formação do cânone, mesmo e ainda no século XXI. Parece ser indispensável cunhar, catalogar, enquadrar o texto literário em isso ou aquilo para, a partir daí, eleger tal texto como literatura – brasileira; afro-brasileira; alta literatura, etc. Excluindo, conseqüentemente, o texto que não se enquadrar nas concepções subjetivas propostas por um determinado grupo. Em outras palavras, apesar da proposta feminista de revisão do cânone e da relevância do mesmo para obras e autores anteriormente excluídos da historiografia da literatura brasileira, ainda corre-se o risco da exclusão no universo literário, pois o cânone ainda é o grande definidor do que seja a “alta” literatura.

No que diz respeito à literatura de autoria feminina, o feminismo e a proposta de revisão do cânone foi de suma relevância para o resgate de obras e autoras, inclusive de autoras afro-brasileiras. Esse resgate permitiu, entre outros aspectos, constatar que são muitas as autoras, partindo da consciência histórica do que foi e é a vida no Brasil para as mulheres negras; mas é *muito pouco* considerando os mais de 500 anos da presença maciça de mulheres negras aqui. Pouca

⁴³ Um dos mecanismos que tem contribuído para pôr em circulação as obras de escritores afro-brasileiros é a atividade do QUILOMBHOJE Literatura, através dos **Cadernos negros**. Ele foi fundado em 1980 por Cuti, Oswaldo de Camargo, Paulo Colina, Abelardo Rodrigues e outros e tem como meta, entre outras coisas, dar visibilidade à literatura afro-brasileira e discutir questões como autoestima dos afrodescendentes. O papel do QUILOMBHOJE para a divulgação e materialização dos livros de escritores afrodescendentes tem, atualmente, um papel ímpar para a quebra desses becos literários. Para saber mais sobre ele e/ou os **Cadernos negros**, ver www.quilombhoje.com.br.

⁴⁴MOTT, Maria Lúcia de Barros. Escritoras negras: resgatando nossa história.<Disponível em <http://cucamott.sites.uol.com.br/escritorasnegras.htm>>.

também tem sido os estudos voltados para as autoras afro-brasileiras. Consequência do pouco número de mulheres negras na academia é que se pode concluir.

Pode-se concluir também que para mudar o intrínseco e complexo papel do cânone com a literatura caberá à crítica literária, à historiografia, à academia destituir-se de (pré)conceitos. E para que isso aconteça de forma mais efetiva, é necessário que o “poder” social, político e intelectual se torne menos homogêneo e centralizador. Só assim, talvez, literaturas diversas tenham espaço e olhares outros neste vasto universo.

REFERÊNCIAS

BERND, Zilá. **Introdução à literatura negra**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BLOOM, Harold. Uma elegia para o cânone. In: BLOOM, Harold. **O cânone ocidental**. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1995.

CALDWEL, R. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: s/e, 2000. v 8, no 2.

CAMARGO, Oswaldo de. Org. **A razão da chama**. Antologia de poetas negros brasileiros. São Paulo: Ed. GDR, 1986.

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Gender e literatura. In: SCHMIDT, R. T. (org.). **Mulheres e literatura**: (trans)formando identidades. Porto Alegre: Ed. Palloti, 1997, v 1.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, democracia e sociedade brasileira. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, S.G. (orgs.) **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

_____. Identidade feminina. In: HELEIETH, I.B.; SAFFIOTI, Mônica Muñoz. (orgs.) **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1994.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. 2. ed. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão; Consuelo Fontes Santiago. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura e afro-descendência. In: DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura, política, identidades**: ensaios. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: Revista **Terceira Margem**. Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes, Faculdade de Letras, ano XIV, n.23, jul/dez, 2010.

DUARTE, Eduardo de Assis. Notas sobre a literatura brasileira afro-descendente. In: DUARTE, Eduardo de Assis. (org.). **Poética da diversidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. Virginia Woolf: a androginia como desconstrução. Disponível em <http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/artigo_eduardo.htm> acesso em 15/maio/2010.

_____. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. In: DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura, política, identidades**: ensaios. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Escritoras negras**: resgatando nossa história. 2009. <Disponível em <http://cucamott.sites.uol.com.br/escritorasnegras.htm>>. Acesso em: 13 de jan. 2011.

MUZART, Zahidé L. A questão do cânone. In: **Anuário de Literatura** n° 3. Florianópolis: (s.n.), 1995.

NASCIMENTO, Gizêlda Melo do. Poéticas afro-femininas. In: CORRÊA, Regina Helena Machado Aquino. (Org.) **Nem fruta nem flor**. Londrina: Edições Humanidades, 2006.

PEREIRA, Edmilson de Almeida. Panorama da literatura afrobrasileira. In: **Callaloo**, Vol. 18, no.4. Literatura afrobrasileira: um número especial. Autumn, 1995.

SCHMIDT, R.T. **A crítica feminista na mira da crítica**. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article.viewfile/7462/6843>. Acesso em: 13 jan. 2011.

SCHMIDT, R. T. (org.). **Mulheres e literatura**: (trans)formando identidades. Porto Alegre: Ed. Palloti, 1997, v 1.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Para que crítica feminista? (Anotações para uma resposta possível). In: XAVIER, Elódia (Org.). Anais do VII Seminário Nacional- **Mulher e literatura**. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora, 1995.